



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
SECRETARIA DA DIREÇÃO E DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Mem. 19/DIR-CH/UFFS/2014

Chapecó, em 22 de abril de 2014.

Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira Sul
Campus Chapecó

Rodovia SC 459, km 2 - Área Rural
89801-001 Chapecó, SC
Fone (49) 2049 - 1586 / 1587

www.uffrs.edu.br
sec.direcao.ch@uffrs.edu.br

À Pró-Reitoria de Graduação

Assunto: suspensão temporária de ingresso no curso de Licenciatura em Filosofia período matutino em 2014/2.

Senhor Pró-Reitor,

O Conselho do *Campus* Chapecó, na sua 3ª Sessão Ordinária de 2014, realizada no dia 17 de abril, debateu acerca da solicitação do curso de Licenciatura em Filosofia de suspensão temporária de entrada de turma no turno matutino em 2014/2 (Mem 8/CCLF-CH/UFFS/2014).

Na ocasião, os conselheiros decidiram pela suspensão temporária da entrada por entender que uma decisão permanente sobre o tema poderá ser considerada após a reformulação do PPC.

Diante do exposto, solicitamos a essa Pró-Reitoria de Graduação que suspenda a oferta de vagas no curso de Licenciatura em Filosofia no turno matutino para 2014/2.

Atenciosamente,

Josiane Heinrich
Josiane Heinrich

Chefe da Secretaria de Direção e Órgãos Colegiados
Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Chapecó

Piente.
JULIANO PACCOS CARAM
Siape nº 1804486
Diretor do Campus Chapecó - SC
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

RELATO DO PROCESSO Nº 23205.000364/2014-56

Conselheiro Relator: Edegar Rotta
Processo: 23205.000364/2014-56
Assunto: Histórico Institucional
Interessado: Consuni – Câmara de Graduação

I. Relatório

a) Histórico

Em reunião ordinária da Câmara de Graduação, realizada no dia 06 de fevereiro de 2014, fui designado relator do processo nº 23205.000364/2014-56, que trata do Histórico Institucional que consta nos PPCs dos cursos da UFFS. A partir da indicação da relatoria passou-se a buscar o material necessário para a análise da matéria e emissão de parecer.

O pedido de reformulação do texto que trata do Histórico Institucional constante nos PPCs dos cursos de Graduação da UFFS tem origem na identificação de sua provisoriedade inicial e da própria falta de atualização do mesmo, sentida nos diferentes processos de revisão dos PPCs e de avaliação dos cursos da UFFS. O texto, elaborado em 2010/2011, a partir de um grupo de trabalho especialmente constituído para tal fim, serviu de referência para a fase inicial, mas não sofreu as alterações necessárias para dar conta da trajetória que a Universidade foi realizando a partir daí.

Sentida esta necessidade, a Pró-Reitoria de Graduação, a partir de reunião com os Coordenadores Acadêmicos de *Campi*, no segundo semestre de 2013, deliberou pela criação de uma Comissão, com representantes dos diferentes *campi*, para proceder à revisão do texto e elaborar nova redação. A comissão foi composta pelos professores Vicente Neves da Silva Ribeiro (representando o *Campus* Chapecó), Luís Fernando Santos Correa da Silva (representando o *Campus* Erechim), Francieli Matzembacher Pinton (representando o *Campus* Cerro Largo), Betina Muelbert (representando o *Campus* Laranjeiras do Sul) e Jaci Poli (representando o *Campus* Realeza). Também integrou a comissão o pedagogo Marcelo Ronsoni, do *Campus* Erechim.

Pelo relato recebido da secretaria da Pró-Reitoria de Graduação, a comissão reuniu-se, por videoconferência, a fim de definir a metodologia de trabalho e os encaminhamentos necessários para a composição do novo texto, tendo como referência o segundo semestre de 2013 para a realização das atividades. Pelo relato, a comissão encontrou dificuldades relativas ao comparecimento de seus integrantes às reuniões e acabou adotando a estratégia de designar um de seus membros (professor Jaci Poli) para produzir um texto inicial que seria socializado entre os demais e então efetivadas as devidas sugestões e reformulações por meio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

da troca de e-mails entre os membros da comissão, com o auxílio da Pró-Reitoria de Graduação.

Desse trabalho realizado pela comissão resultou a proposta de texto que foi encaminhada no processo instruído pela Pró-Reitoria de Graduação e remetido à Câmara de Graduação, tornando-se objeto de análise por este parecerista (O texto encontra-se como Anexo I a este parecer).

b) Análise

No relatório enviado pela Pró-Reitoria de Graduação a respeito do trabalho da comissão instituída foi possível constatar que o texto foi elaborado a partir de um roteiro estabelecido pela comissão em sua segunda reunião de trabalho. Esse roteiro estava estruturado em três partes:

- 1ª *Contexto*: breve introdução sobre a Educação Superior no contexto global e nacional.
- 2ª *A educação superior brasileira no contexto das Políticas públicas*: limites/desafios do Ensino superior no Brasil; a expansão no contexto do REUNI; as políticas de acesso e permanência; Educação Superior e o PNE.
- 3ª *A UFFS*: sua origem; o processo de implantação; os desafios atuais e futuros.

Analisando o texto apresentado é possível perceber que ele buscou seguir esse roteiro. Na primeira página ele procura situar o contexto da Educação Superior no Brasil, porém não a relaciona com o contexto global. Na mesma página e no início da seguinte, o texto procura dar conta da reflexão sobre a educação superior brasileira no contexto das políticas públicas, porém o faz de forma genérica e apenas centrada no Plano Nacional de Educação. Não situa o contexto das políticas públicas, procurando analisar a educação como uma delas.

A partir da página dois o texto busca dar conta de retratar o histórico da Universidade Federal da Fronteira Sul, iniciando com sua origem a partir do movimento pró-implantação de uma Universidade Pública Federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, passando para uma breve caracterização da região, os passos dados para a criação da UFFS, a sua fase inicial de implantação e o momento atual.

Da análise do texto pode-se inferir que ele segue apenas em parte o roteiro definido pela comissão para a sua elaboração. Também se percebe que, na tentativa de ser sucinto e sintético, ele acabou passando de forma muito genérica sobre alguns aspectos que se consideram como essenciais em um histórico institucional.

Outro aspecto importante em relação ao texto apresentado é que ele utiliza uma linguagem centrada no viés analítico da trajetória já feita pela UFFS. Esta perspectiva analítica poderia ser apresentada como uma virtude do texto se ela fosse realizada de forma permeada com a apresentação dos elementos históricos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

capazes de substancializar a análise. Porém, feita sem os elementos objetivos, acaba prejudicando a compreensão do processo histórico como um todo.

Analisando textos similares, de outras Universidades e/ou Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, constata-se que os textos adotam uma linguagem de caráter mais historiográfico do que analítico, ressaltando aspectos da origem, dos atores envolvidos, dos processos realizados e das características que marcam a trajetória das Instituições. O texto proposto pela comissão e objeto de análise deste parecer não segue essa lógica interna.

A fim de verificar se essas constatações faziam parte de uma visão do relator ou eram percebidas também por outros conselheiros, enviou-se e-mail pela secretaria da Câmara de Graduação para todos, abrindo um prazo para a apresentação de sugestões ao texto original. No retorno que obtivemos, por meio do conselheiro José Oto Konzen, observamos que as constatações eram bastante semelhantes, o que reafirmou nossa convicção de apresentar um texto substitutivo. Elaboramos então uma proposta de substitutivo e voltamos a dialogar com o conselheiro José Oto, que nos fez mais algumas sugestões, em diálogo com o também conselheiro Clóvis Alencar Butzge, as quais foram incorporadas ao texto a ser proposto como substitutivo ao original.

II. Voto do Relator

Dados os elementos apresentados no histórico do processo de elaboração e na análise do texto proposto pela comissão criada pela Pró-Reitoria de Graduação, para coordenar a elaboração de texto relativo ao Histórico Institucional a integrar os PPCs dos cursos de graduação da UFFS, somos de parecer contrário à sua aprovação e apresentamos um texto substitutivo (Anexo II a este Parecer) a ser acolhido por esta Câmara, sem prejuízo de possíveis alterações a serem propostas pelos conselheiros.

Chapecó-SC, 13 de abril de 2014.

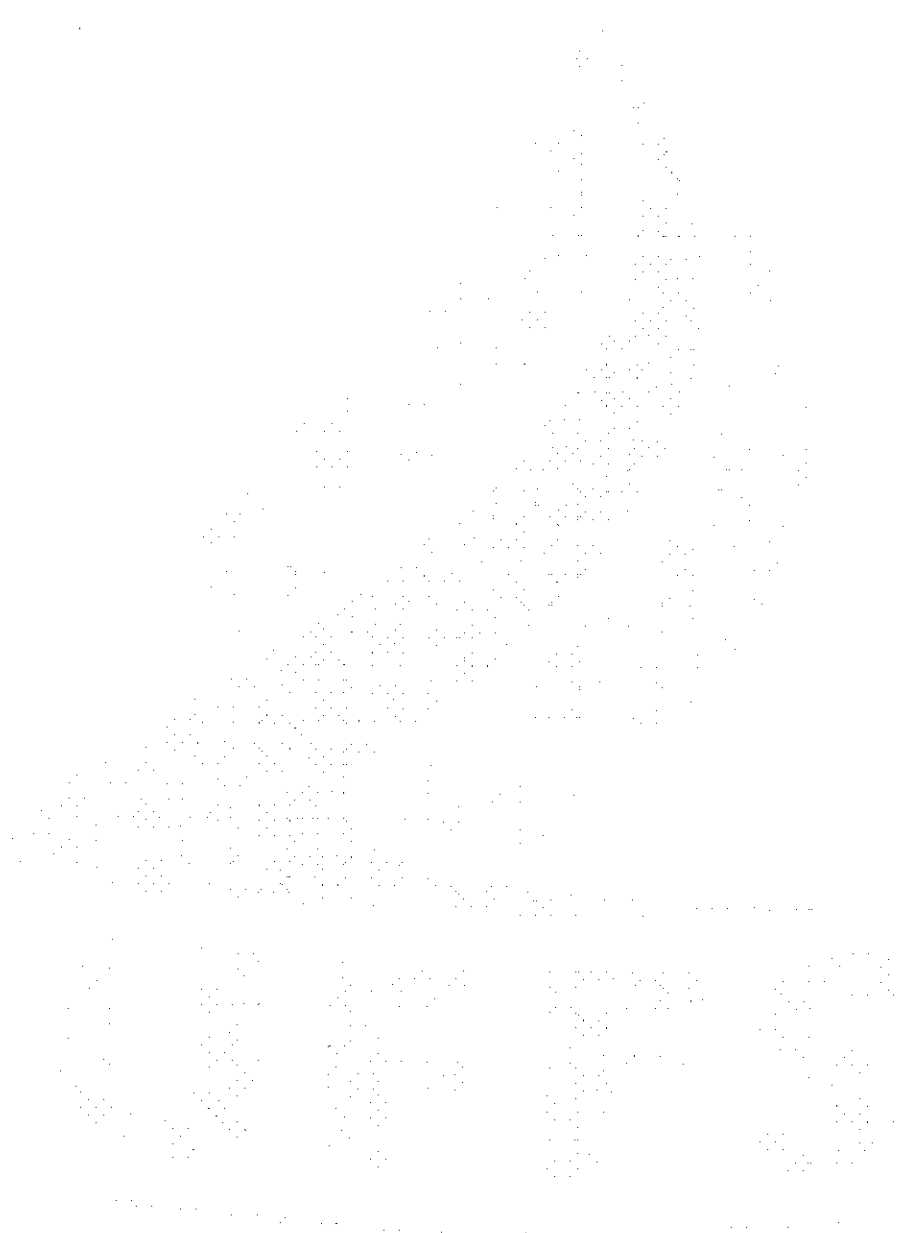
Edeimar Rotta
Relator do processo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

ANEXO I

TEXTO PROPOSTO PELA COMISSÃO

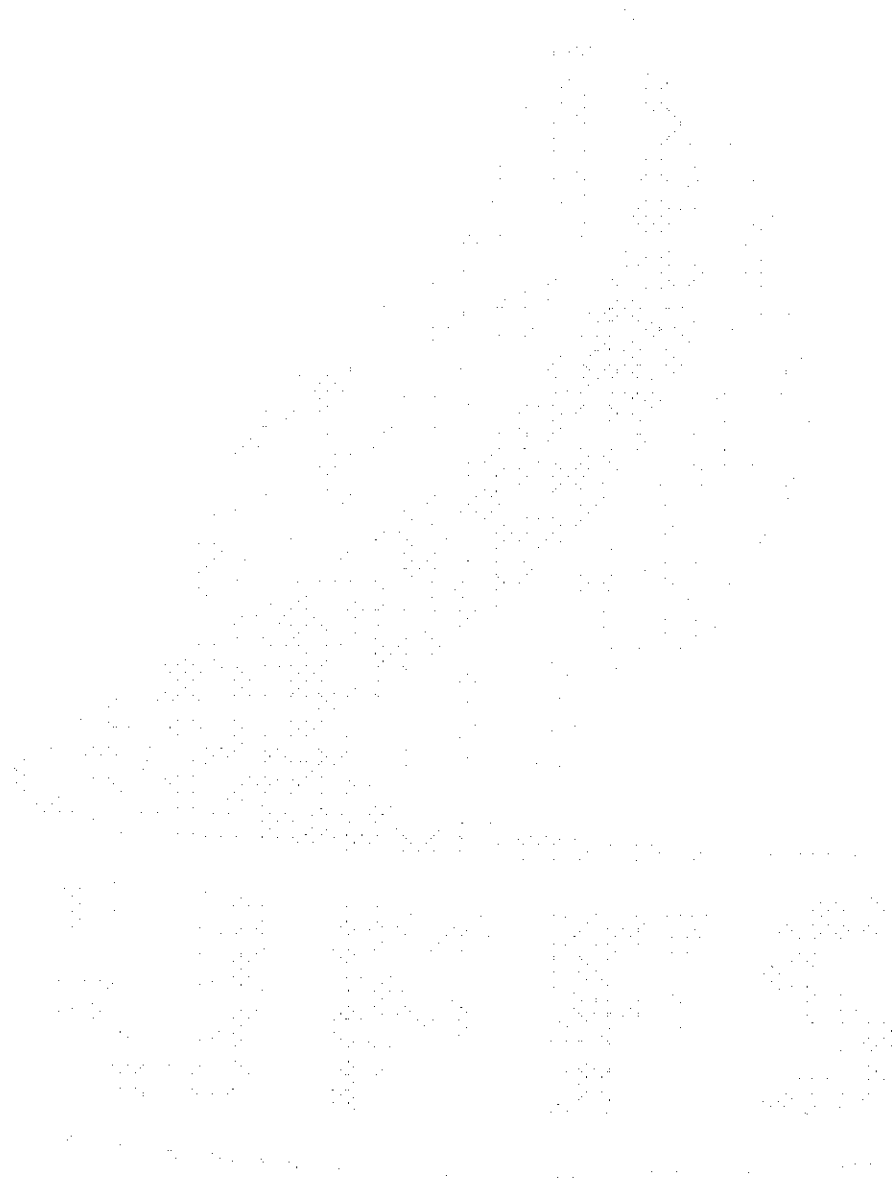




**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO**

ANEXO II

Texto Substitutivo Apresentado Pelo Relator



Histórico Institucional

A educação brasileira passa por um momento de transição entre dois Planos Nacionais de Educação (PNE) que recolocam os desafios da sociedade brasileira para a construção de seu futuro.

O PNE de 2001 a 2010 apontava que a manutenção das atividades típicas da universidade, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, dependia do setor público, porque, mesmo representando menos de 40% das matrículas, computadas as IES federais, estaduais e municipais, as universidades públicas eram responsáveis por 90% das pesquisas.

Os dados no Plano Nacional de Educação identificavam de forma flagrante as desigualdades regionais na oferta do ensino superior. Enquanto na região Sudeste o ensino superior público federal representava apenas 11,14% da oferta, com 127.991 vagas, no Sul representava 17,16%, com 71.960 vagas, no Norte representava 54,20% da oferta com suas 45.967 vagas. Essa disparidade, além de demonstrar a desigual distribuição geográfica entre as regiões, aponta para o papel fundamental da universidade pública na democratização do ensino superior. A presença do ensino superior privado se concentra nas regiões mais desenvolvidas economicamente, sem a preocupação com as desigualdades regionais.

Outro elemento a considerar é a concentração das universidades nas capitais litorâneas, ficando o interior desprovido de assistência. Nos últimos anos, houve um intenso processo de interiorização das universidades federais, movimento no qual se situa a Universidade Federal da Fronteira Sul.

O PNE 2011-2020, ainda em fase final de discussão e aprovação no Congresso Nacional, aponta em suas premissas os avanços necessários para sociedade brasileira e para a educação pública que podem ser sintetizados na universalização da Educação Básica, expansão da oferta de educação superior, sobretudo pública, com ampliação do acesso e da permanência, a garantia de qualidade da educação em todas as instituições, a gestão democrática e o controle social da educação, o respeito e o atendimento à diversidade, a excelência na formação e valorização dos profissionais da educação e o financiamento público das instituições públicas.

Algumas das metas estabelecidas no novo PNE estão vinculadas diretamente ao papel das universidades públicas, especialmente as federais. A meta 12 que visa elevar a 33% a taxa líquida de matrículas no Ensino Superior para a população entre 18 e 24 anos estabelece como estratégias de expansão e interiorização da rede pública, a elevação da taxa de conclusão para 90%, a oferta de, no mínimo 1/3 das vagas em ensino noturno, aumento a taxa estudante/professor para 18 e buscando ampliação do acesso aos mais desfavorecidos a partir de políticas afirmativas. As metas 15 e 16 desafia o Brasil a garantir que todos os professores da educação básica tenham formação superior específica e que 50% deles tenham pós-graduação.

A Universidade Federal da Fronteira Sul faz parte do amplo movimento de ampliação e interiorização da universidade pública e está localizada em três unidades da federação (PR, RS e SC), em porções territoriais localizadas no interior, sendo o Norte, Alto Uruguai e Missões gaúchos, o Oeste e Extremo Oeste catarinenses, o Sudoeste e Centro (Cantuquiriguaçu) do Paraná, que apresentam características semelhantes, especialmente a presença marcante da Agricultura Familiar e Camponesa e a urbanização recente, e que manifesta uma diversidade e uma pluralidade muito grande de populações e atores sociais.

Berço de grande parte dos movimentos sociais do campo, é um território que se destaca nacionalmente pela densidade da organização social, especialmente na Agricultura Familiar e Camponesa. Em todo o território de abrangência da UFFS existem milhares de associações e grupos de produção, centenas de cooperativas com interação solidária, centenas de sindicatos e um expressivo número de outras entidades e organizações formadas pelos agricultores familiares e camponeses.

No mesmo espaço territorial estão estabelecidas diversas grandes cooperativas e diversas grandes empresas agroindustriais que desenvolvem atividades na área da agricultura através do sistema de integração, envolvendo milhares de famílias de agricultores familiares e camponeses. Também estão presentes no território as propriedades rurais de maior porte articuladas ao agronegócio, envolvendo diversos setores de produção agrícola e pecuária.

No âmbito territorial da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul não são encontradas cidades de grande porte. Podem ser destacadas algumas cidades de porte médio, onde estão instaladas várias indústrias de médio e grande porte, envolvendo vários setores industriais, especialmente o moveleiro, o madeireiro, o de car-

nes e o metalmecânico. No entanto, predomina em todo o território a presença das micro e pequenas empresas.

Desde o início da década de 2000 o território formado pela Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrigava movimentos organizados em busca da criação de Universidade Federal a partir de iniciativas locais.

Conforme o relatório final da Comissão Instituída pelo MEC para a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, a partir de 2006 houve a unificação dos movimentos visando constituir um interlocutor único junto ao MEC. Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento é composto pelo Fórum da Mesorregião, Central única dos Trabalhadores – CUT dos três estados, Igrejas, Movimento Estudantil, Associações de Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores. O Movimento ganha força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

A partir do trabalho da Comissão foi encaminhado o projeto de criação da UFFS para o Congresso Nacional que, depois de aprovado nas duas casa legislativas, foi sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 14 de setembro de 2009, data consagrada como de fundação da Universidade.

Tendo a Universidade Federal de Santa Catarina como tutora, ainda no ano de 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores e estruturado o primeiro processo seletivo para a formação das primeiras turmas de alunos. Concomitantemente, foram preparadas as estruturas provisórias para abrigar o funcionamento da Universidade ainda em 2010. No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi*.

Observando-se a trajetória da UFFS nestes primeiros anos e tomando os dados das matrículas do processo seletivo de 2010, conforme a Pró-Reitoria de Graduação, o primeiro organizado pela universidade, veremos que praticamente 50% dos que ingressaram já não mais estão frequentando os cursos (dos 1964 ingressos, somente 984 ainda permanecem matriculados). A partir dessa proporção observa-se a necessidade de construção de políticas de permanência e de ampliação da taxa de conclusão como parte intrínseca da caminhada da UFFS no universo da educação

superior brasileira.

A meta de 30% de taxa líquida de matrículas no ensino superior já estava prevista no PNE de 2001, e ficou longe de ser atingida. Agora passa novamente a ser perseguida e tem como prazo a ano de 2020. Na busca de uma percepção do processo de ampliação da inclusão de jovens no Ensino Superior, um dado observado no primeiro ingresso da UFFS apontou que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior, ensejando uma contribuição decisiva para que populações distantes do ensino superior pudessem ser incluídas.

A inclusão de novas populações no ensino superior se somou à luta dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica, que se construía a cada ano, de garantir aos estudantes da escola pública a condição de igualdade na disputa pelas vagas, tendo como grande objetivo a distribuição das vagas de forma proporcional à população de estudantes de Ensino Médio na sua relação entre escola pública e escola privada. Nestes primeiros anos de entrada pode-se observar o acerto da política de ingresso, pois aproximadamente de 90% dos estudantes são oriundos da Escola Pública.

Uma das tarefas assumidas, logo no início das atividades da Universidade foi a realização da Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão - COEPE, através de um amplo processo de debate com a comunidade. Foram centenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, organizações e movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

Na sequência, foi construído o primeiro Estatuto para institucionalizar, mesmo que de forma provisória, o projeto da Universidade. A provisoriedade era entendida como compromisso de uma ampla revisão quando seu processo de implantação atingisse uma maior maturidade.

A partir da aprovação do seu primeiro estatuto a UFFS iniciou a estruturação de suas instâncias, como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os

Colegiados de Curso, e sua estrutura de gestão.

A grande inovação, da noiva universidade foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *Campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação. Esta participação social é um dos elementos constitutivos da identidade da UFFS.

As entidades, organizações e movimentos sociais realizaram, no ano de 2013, um amplo debate sobre a participação social na universidade, bem como a construção de novos e inovadores instrumentos de diálogo entre a universidade e a comunidade regional.

Um compromisso que a UFFS está buscando concretizar é o da qualidade da educação. Em função da rapidez com que foi implantada a Universidade e pela amplitude dos debates realizados com a comunidade regional, foi percebida uma necessidade de reflexão sobre os cursos e sobre os Projetos Pedagógicos. A partir de 2011 foi realizado um esforço de reflexão que levou ao aperfeiçoamento dos PPCs de todos os cursos, tendo como objetivos centrais a garantia de registro e a qualidade da educação ofertada e que teve como reflexo a excelente avaliação recebida por todos os cursos já avaliados pelo MEC.

O maior desafio que se apresenta para a Universidade e para a região onde está situada é o aperfeiçoamento de seu projeto de educação, assentado na concepção defendida pelos movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade, de uma universidade pública, popular, de qualidade e focada no desenvolvimento regional.

A Universidade iniciou suas atividades em espaços provisórios, cedidos pelas Prefeituras Municipais, ou alugados, exceto no *Campus Cerro Largo*, onde foi adquirido o prédio de um antigo seminário.

As obras dos *Campi* passaram a ser executadas em um ritmo acelerado, visando garantir estruturas definitivas e mais adequadas ao processo acadêmico. Já em agosto de 2012 o *Campus Realeza* se transferiu para as instalações definitivas. Também em Realeza foram inaugurados os três prédios dos laboratórios ainda no primeiro semestre de 2013. Os demais *Campi* estarão utilizando suas instalações

definitivas até o final do ano de 2013.

Os prédios das salas dos professores e dos restaurantes universitários em todos os *Campi* e da Biblioteca no *Campus* Chapecó estão em fase de construção, com previsão de seu pleno funcionamento já em 2014,

O processo de implantação das estruturas dos *Campi* continuarão em ritmo acelerado nos próximos anos, até que todo o projeto esteja concluído.

Ao mesmo tempo em que caminha para a implantação do seu projeto inicial, o debate sobre a expansão ganha cada vez mais espaço em toda a comunidade. Essa expansão, muito mais que novos cursos, busca ampliar os acessos, a inclusão de novas populações no ensino superior e a permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos.

Marco importante no processo de expansão foi a implantação, no segundo semestre de 2013, do *Campus* Passo Fundo, com o curso de medicina. Nos demais *Campi* novos cursos começam a ser ofertados, bem como um vigoroso programa de pós-graduação já se consolida, com a implantação de diversas especializações e de três mestrados. Vários projetos de novos cursos estão em fase de elaboração e aprovação, inclusive com a perspectiva da oferta dos primeiros cursos de doutorado.

BIBLIOGRAFIA

REINERT, Delvan José & LAFFIN, Marcos, **Relatório de Atividades e Resultados Atingidos**, Relatório final da Comissão de Projeto da futura Universidade Federal da Fronteira Sul, março de 2008.

HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Estas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição de as comunidades locais e regionais buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos a espera de um cenário mais favorável. Cenário este que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

A crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades

Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira; tomaram-se argumentos correntes e geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras "multidões" para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos

sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso a terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pela experiência das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, Central única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, Igrejas, Movimento Estudantil, Associações de Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus campi e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da

Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e Campi em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ivo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova Universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o primeiro processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada campus foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na nova Universidade. Em um diagnóstico dos acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: domínio comum, domínio conexo e domínio específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de

repensar os PPCs. Tarefa esta que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O domínio comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O domínio conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O domínio específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos Domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *Campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, organizações e movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de Campus, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *Campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitou que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, de forma articulada, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo destes primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos. A participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.